

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 302/2025

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2025.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: José Antonio Diniz Faria	CPF/CNPJ: 257.860.246-87
Endereço: Rua Alm das Glicínias, nº 20	Bairro: Nova Uberlândia
Município: Uberlândia	UF: MG
Telefone: (34) 99833-3088	E-mail: ambientalvictorios@gmail.com
CEP: 38412-639	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:
CEP:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Boa Esperança	Área Total (ha): 92,3929
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 7.013	Município/UF: Monte Alegre de Minas/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3142809-A0A0.2D9A.AFCD.4ACB.AA6A.4EB5.EA41.536E	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	22,1831	hectares
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	900 árvores - 14,64 ha	unidade/hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	22,1831	hectares	22k	713.057,59	7.934.790,13
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	900 árvores - 14,64 ha	unidade/hectares			

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	Área útil	36,8231

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Bioma Cerrado	cerrado	supressão de vegetação - UAS e corte de árvores isoladas	36,8231

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha Nativa	lenha	1.280,2823	m³
Madeira Nativa	madeira	250,1151	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 04/11/2025

Data da vistoria: 19/11/2025

Data de solicitação de informações complementares: *[se for o caso]*

Data do recebimento de informações complementares: *[se for o caso]*

Data de emissão do parecer técnico: 24/11/2025

2. OBJETIVO

O Sr. José Antônio Diniz Faria é proprietário do imóvel Fazenda Boa Esperança matrícula nº 7.013 solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 22,1831 ha e o corte de 900 (novecentas) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 14,64 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha. O empreendimento é não passível de licenciamento por não se enquadrar nos parâmetros mínimos da DN COPAM 217/2017.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O Sr. José Antônio Diniz Faria é proprietário do imóvel objeto de análise, solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 22,1831 ha e o corte de 900 (novecentas) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 14,64 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha, localizada na zona rural do município de Monte Alegre de Minas - MG. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado. Coordenadas geográficas da UTM 22K X 713.057,59 e Y 7.934.790,13.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3142809-A0A0.2D9A.AFCD.4ACB.AA6A.4EB5.EA41.536E

- Área total: 92,3229 ha

- Área de reserva legal: 20,9490 ha

- Área de preservação permanente: 2,3463 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 41,8938 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 20,9490 ha

() A área está em recuperação: ha

() A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: Matrícula 7.013 do CRI de Monte Alegre de Minas - MG, CAR - MG-3142809-A0A0.2D9A.AFCD.4ACB.AA6A.4EB5.EA41.536E.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 03 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

A localização e a composição das áreas de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4. Intervenção ambiental requerida

As intervenções requeridas são uma supressão de vegetação nativa em uma área de 22,1831 ha e o corte de 900 (novecentas) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 14,64 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha, localizada na zona rural do município de Monte Alegre de Minas - MG.

Taxa de Expediente: R\$ 768,81 - 25/08/2025

Taxa de Expediente: R\$ 813,06 - 25/08/2025

Taxa Florestal Lenha: R\$ 9.913,74 - 25/08/2025

Taxa Florestal Madeira: R\$ 12.934,68 - 25/08/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: **23140197 - UAS e 23139218 - CAI**

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária.

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: Não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível de licenciamento

- Número do documento: Certificado não passível de licenciamento por não se enquadrar nos parâmetros mínimos da DN COPAM 217/2017.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 19/11/2025 e fui acompanhado pela consultoria e proprietário. O proprietário solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 22,1831 ha e o corte de 900 (novecentas) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 14,64 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha. Na vistoria pudemos observar que as áreas de supressão tratam-se de fragmentos remanescentes, isolados e em área comum. Em relação ao corte de árvores isoladas as mesmas estão em áreas de culturas e de pastagens antropizadas e estão atrapalhando a mecanização, sendo que essas áreas necessitam de tratamentos culturais adequados.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, está dentro do Bioma Cerrado, sendo constituído pela fitofisionomia de cerrado. No inventário florestal (supressão de vegetação) apresentado foram identificadas espécies protegidas por Lei, porém não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. No Censo Florestal 100% (corte de árvores isoladas) foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 02 (dois) Pequi e 27 (vinte e sete) Ipê Amarelo, que serão suprimidos conforme determina a Lei, sendo realizada a compensação na forma de plantio, conforme PTRF apresentado, nas seguintes proporções 3:1 para o Ipê Amarelo e 10:1 para o Pequi. Tanto no inventário florestal quanto no censo florestal foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022, sendo 02 (duas) Embira (*Xylopia brasiliensis*) e 05 (cinco) Guatambu Peroba (*Aspidosperma parvifolium*), que serão compensados conforme previsto em Lei na forma de plantio nas proporções de 10:1 e 20:1 respectivamente.

Vale ressaltar que todas as áreas de preservação permanente e de reserva legal existentes dentro do imóvel encontram-se devidamente delimitadas e preservadas.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 1.280,2823 m³ de lenha nativa e 250,1154 m³ de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Possui topografia plana a suave ondulada, variando entre 0 e 5%.

- Solo: O Imóvel possui solo do tipo Latossolo Vermelho Distrófico.

- Hidrografia: A Fazenda Boa Esperança está inserida na Bacia Hidrográfica do rio Araguari, Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) – PN2, afluente da margem direita do rio Paranaíba, pertencente a grande Bacia do Rio Paraná.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado. Para esse estudo foi utilizada Amostragem Casual Simples, sendo que a elaboração do inventário florestal teve como base o Termo de Referência, conforme Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021. Para esse estudo foram utilizadas 15 unidades amostrais (parcelas) de 50 X 10 m², totalizando 0,75 ha de

área amostral para uma área de 22,1831 ha a ser suprimida, o que equivale a 3,38%. Já para o corte de árvores isoladas foi utilizado o censo florestal 100%.

- Fauna: A biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta boa diversidade ecológica, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para as intervenções requeridas, devido a necessidade de implantação de novas áreas de culturas anuais e dos devidos tratamentos culturais necessários para enriquecimento do solo.

Para a área de supressão o Decreto 47.580/2018, artigo 26 traz estimativas de rendimento para fitofisionomias florestais de vegetação nativa, sendo assim foram consideradas no rendimento lenhoso das áreas de supressão, ressalta-se que essas áreas de supressão são fragmentos remanescentes, isolados e em área comum, sendo os estudos de flora realizados pelo Biólogo Leandro Barbosa de Souza. Para esse estudo foi utilizada Amostragem Casual Simples, sendo que a elaboração do inventário florestal teve como base o Termo de Referência, conforme Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021. Sendo utilizadas 15 unidades amostrais (parcelas) de 50 X 10 m², totalizando 0,75 ha de área amostral para uma área de 22,1831 ha a ser suprimida, o que equivale a 3,38%.

Já para o corte de árvores isoladas foi utilizado o censo florestal 100%, conforme descrito nos estudos e no PIA apresentado. No inventário florestal (supressão de vegetação) apresentado foram identificadas espécies protegidas por Lei, porém não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. No Censo Florestal 100% (corte de árvores isoladas) foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 02 (dois) Pequi e 27 (vinte e sete) Ipê Amarelo, que serão suprimidos conforme determina a Lei, sendo realizada a compensação na forma de plantio, conforme PTRF apresentado, nas seguintes proporções 3:1 para o Ipê Amarelo e 10:1 para o Pequi. Tanto no inventário florestal quanto no censo florestal foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022, sendo 02 (duas) Embira (*Xylopia brasiliensis*) e 05 (cinco) Guatambu Peroba (*Aspidosperma parvifolium*), que serão compensados conforme previsto em Lei na forma de plantio nas proporções de 10:1 e 20:1 respectivamente.

Como medida compensatória pelo corte de espécies protegidas e de espécies ameaçadas de extinção foi apresentado um PTRF na forma de plantio que contempla o plantio de 211 mudas de espécies nativas, sendo 81 mudas de Ipê Amarelo, 10 mudas de Pequi, 20 mudas de Embira e 100 mudas de Guatambu Peroba, em uma área de 0,19 ha nas geográficas da UTM 22K X 712.846,94 e Y 7.935.257,02 e X 712.994,33 e Y 7.935.407,58.

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, com prazo de um mês após a supressão.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 1.280,2823 m³ de lenha nativa e 250,1154 m³ de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes das intervenções requeridas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei dentro das áreas de supressão de vegetação nativa. Somente está sendo autorizado o corte de espécies protegidas por Lei no caso de corte de árvores isoladas, conforme descrito neste parecer.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **José Antonio Diniz Faria** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 22,1831ha c/c corte de 900 (novecentas) árvores isoladas em uma área de 14,64ha, na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Monte Alegre de Minas/MG, conforme matrícula nº. 7.013 do CRI da Comarca de Monte Alegre de Minas/MG.

- 2 – A propriedade possui área total matriculada de 92,3929ha, e possui reserva legal preservada, declarada e informada no CAR, dentro do imóvel. Foi apresentado o protocolo de cadastro do projeto no sinaflor.
- 3 – As intervenções tem por finalidade a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha.
- 4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para as atividades de “Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental anexado aos autos.
- 5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PTRF, mapa, CAR, protocolo do sinaflor, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 22,1831ha c/c corte de 900 (novecentas) árvores isoladas em uma área de 14,64ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa e baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

A vistoria realizada em 19/11/2025 constatou que a intervenção solicitada pelo proprietário abrange 36,8231 ha, sendo 22,1831 ha de supressão de vegetação nativa e o corte de 900 árvores isoladas em 14,64 ha, com finalidade de ampliar áreas de culturas anuais e melhorar a mecanização agrícola. Os estudos técnicos confirmaram que as áreas de supressão são fragmentos remanescentes e isolados, enquanto as árvores estão em áreas já antropizadas, dificultando o manejo. Inventários florestais e censos identificaram espécies protegidas e ameaçadas de extinção, para as quais foram previstas compensações legais por meio de plantio em proporções específicas, totalizando 211 mudas de espécies nativas. As áreas de preservação permanente e reserva legal foram verificadas como devidamente delimitadas e preservadas, e o material lenhoso estimado foi quantificado conforme normas vigentes, com destinação prevista para uso interno, comercialização e incorporação ao solo.

Com base nos levantamentos, metodologias aplicadas e legislação pertinente (Decretos 47.580/2018 e 47.749/2019, Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021 e Portaria Ibama nº 148/2022), concluiu-se que não há restrições técnicas ou legais às intervenções. As medidas compensatórias apresentadas, incluindo o PTRF de plantio e o programa de afastamento de fauna, atendem às exigências normativas. Assim, após análise técnica e considerando a necessidade de implantação de novas áreas agrícolas e tratamentos culturais, opinou-se pelo **deferimento total** do requerimento de supressão e corte, garantindo a execução conforme parâmetros legais e ambientais estabelecidos.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 22,1831ha c/c corte de 900 (novecentas) árvores isoladas em uma área de 14,64ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores isoladas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa em uma área de 22,1831 ha e o corte de 900 (novecentas) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 14,64 ha, para a implantação de novas áreas de culturas anuais e melhoria na mecanização das áreas já abertas, totalizando uma intervenção de 36,8231 ha, localizada na Fazenda Boa Esperança, matrícula 7.013, zona rural do município de Monte Alegre de Minas - MG.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 1.280,2823 m³ de lenha nativa e 250,1154 m³ de madeira nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pelo corte de espécies protegidas e de espécies ameaçadas de extinção foi apresentado um PTRF na forma de plantio que contempla o plantio de 211 mudas de espécies nativas, sendo 81 mudas de Ipê Amarelo, 10 mudas de Pequi, 20 mudas de Embira e 100 mudas de Guatambu Peroba, em uma área de 0,19 ha nas coordenadas geográficas da UTM 22K X 712.846,94 e Y 7.935.257,02 e X 712.994,33 e Y 7.935.407,58. Esse PTRF terá sua execução e evolução condicionado nesta autorização.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal - R\$ 50.787,78 - 02/12/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Comprovar a execução e a evolução do PTRF apresentado nos estudos que contempla o plantio de 211 mudas de espécies nativas, sendo 81 mudas de Ipê Amarelo, 10 mudas de Pequi, 20 mudas de Embira e 100 mudas de Guatambu Peroba, em uma área de 0,19 ha, em áreas desprovidas de vegetação e que necessitam ser recuperadas, nas coordenadas geográficas da UTM 22K X 712.846,94 e Y 7.935.257,02 e X 712.994,33 e Y 7.935.407,58. Ficando condicionado nessa autorização a comprovação, através de relatório técnico fotográfico, a execução e evolução do plantio, sendo que o primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após o plantio e os demais anualmente por um período mínimo de cinco anos.

Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PRADA, durante a vigência da autorização.

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, 60 dias após a supressão.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	.Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após o início do PTRF
2	Apresentar relatórios anuais comprovando o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários.	Pelo período de 5 anos
3	Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PTRF.	Durante a vigência da autorização.
4	Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF	60 dias após a supressão.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

água

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Ignácio Jorge Nasser

MASP: 1.198.192-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho

MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 17/12/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor**, em 19/12/2025, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **127868748** e o código CRC **55B43DB1**.